

Atenção à mulher vítima da violência em Campinas – um estudo dos programas e ações de trabalho com perspectiva interdisciplinar

Dra. Mirian Faury (FSS-PUC-Campinas mfaury@puc-campinas.edu.br)

O presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido no período de 2001/2002 que objetivou estudar os programas de atenção à mulher vítima da violência na cidade de Campinas / SP e as ações de trabalho empreendidas por assistentes sociais. A pesquisa foi desenvolvida como um estudo de caráter quantiqualitativo. O presente texto, faz algumas considerações sobre a temática da violência contra a mulher para em seguida apresentar dados sobre programas selecionados para serem estudados, destacando ações de trabalho de assistentes sociais bem como as possibilidades da atenção com perspectiva interdisciplinar.

A violência e as suas expressões sociais parecem ter invadido a vida e o cotidiano das pessoas. Pesquisa Data Folha de julho/2000, feita com eleitores de Campinas, mostra que 34% tem intenção de deixar a cidade “com certeza”, em razão dos índices de criminalidade.

Segundo Oliveira (1998), em que pese as mais variadas formas e definições de violência, não podemos deixar de pensar nesse problemas, como questão social – expressando antagonismos de classe e colocando em relevo, as condições gerais de existência de parcelas significativas da população.

Embora o desenho da violência como objeto de estudo seja recente, seu papel é importante na história e nas atividades da humanidade. Especialmente, esse tema vem ganhando corpo no Brasil, pelos acontecimentos ocorridos nos grandes centros, pelo medo social instaurado e pelo questionamento aos valores, inclusive dos estudiosos do assunto. Se antes, falava-se em Direitos Humanos referentes aos responsáveis pela violência, hoje fala-se dos Direitos das Vítimas.

Frente a esta realidade que a todos inquieta e desafia, “é hora de perguntar o que mudou? O quantitativo ou o qualitativo da violência? A violência mesma ou sua representação social? O comportamento delituoso ou as marcas político-ideológicas do sistema? Também é tempo de compreender as determinações sociais da violência, entendendo que a pobreza, em si, não leva nem conduz ao caminho inexorável da criminalidade” (Oliveira, 1999:37).

Segundo Hannah Arendt, a violência objetiva a anulação da vontade do outro, mantendo a realização da dominação. Oliveira faz a “distinção entre a **violência vermelha**, que leva à morte (relação de força) e a **violência branca**, que mantém a vida física e marca indelévelmente a vida social e psicológica” (Oliveira,1998:38).

Historicamente a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e manifestação das relações de poder desiguais, entre homens e mulheres. Constitui uma violência contra os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais pois limita total ou parcialmente à mulher, o reconhecimento e o exercício de direitos e liberdades. Baseada no gênero, a violência contra a mulher transcende todos os setores da sociedade, ocorre independentemente de classe, raça ou grupo étnico, nível de salário, cultura, educação, idade ou religião. Ela se dá nos lares, nos locais de trabalho, nas ruas. É física e/ou sexual, e/ou psicológica, psicológica e/ou física, ou tudo isto junto! (Langley e Levy, 1980)

Entre os tipos de violência mais comuns, estão aquelas ocorridas dentro do espaço doméstico, as ameaças, o abandono material, o atentado violento ao pudor, o estupro. A violência contra a mulher geralmente ocorre no âmbito do privado, no isolamento do doméstico e das relações mais pessoais, gerando agressões e mascaramento de conflitos. Em muitos casos, situações reprimidas podem até vir à tona em forma de somatizações importantes, gerando doenças misteriosas e dificultando o enfrentamento do problema (vide Muszkat, 1992).

Mulheres jovens podem tomar consciência de seu próprio problema quando percebem que este pode não ser um problema pessoal, isolado de um contexto social mais amplo, geralmente originado de condições culturais adversas e naturalizado pela prática. Esta percepção pode ajudar as pessoas e a comunidade mais ampla a se mobilizar em torno da questão da violência, sensibilizando instituições, o poder público local e a sociedade de modo geral.

A violência contra a mulher é um fenômeno generalizado que alcança grande número de mulheres. “ Dados da ONU demonstram que a violência doméstica é a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 44 anos, no mundo “ (Folha de S. Paulo 25/11/2002).

A gravidade dos problemas da violência contra a mulher, pode resultar em muitos casos, em índices absurdos de morbidade e mortalidade maternas, altos índices de gravidezes precoces, de gravidez por estupro, de abortos, etc. Isto exige posicionamentos oficiais por parte das instituições públicas, provendo serviços e orientações à grande parcela da população feminina.. Políticas de atenção à mulher podem e devem ser adotadas, contemplando amplos segmentos da população direta ou indiretamente afetados. Afinal, a mulher não é a única vítima numa família onde a violência pode representar uma forma de comunicação. É importante atender nos programas oferecidos, a própria mulher, os familiares, mas também o agressor.

Relatório do Banco Mundial, como subsídio ao evento da ONU – Pequim+5 (2000), afirma que países que diminuem as desigualdades entre mulheres e homens, têm índices menores de corrupção, e taxas de crescimento mais altas. Importante lembrar que entre os exemplos de políticas de desenvolvimento condicionadas por questões de gênero, estão a garantia de direitos iguais, o desenho de sistemas de saúde, educação, assistência e mais – que levem em conta as condições e os interesses das mulheres.

Pensar e melhorar a atenção à mulher vítima de violência, poderá contribuir para diminuir desigualdades e melhorar a condição das mulheres.

A violência doméstica contra a mulher tem pontos importantes: “ quando a violência é crônica, a mulher não é a única vítima; todos os membros da família sofrem as consequências ... a violência tende a se cronificar porque as mulheres se sentem ambivalentes em relação a confrontar seus maridos, devido ao prejuízo sofrido na formação de sua identidade no que diz respeito à socialização do seu papel sexual. Outras razões mais objetivas podem ser: medo do empobrecimento que virá seguramente após o divórcio, perda de status e até sentimento de culpa que as mulheres referem pelos sentimentos de fracasso em relação às suas expectativas de desempenho como mãe e mulher.”(Muszkat, 1998:66).

A violência como um problema social é conceito do século XX. É a partir da década de 1960, com o surgimento do movimento de mulheres que o problema passa a ser encarado como patologia social. “ Não apenas por suas preocupações quantitativas mas também pela gravidade de suas consequências “ (Azevedo, 1985:37).

Atualmente a mulher não precisa mais ser anulada permanecendo dentro de um casamento frustrado/violento, pois existe uma rede de apoio preparada para recebê-la e orientá-la, tais como: casa abrigo de mulheres vítimas de violência, delegacias de defesa da mulher, ONGs especializadas na atenção à mulher, conselhos de direitos. Em todas estas instancias, podemos observar o atendimento ou a busca do atendimento interdisciplinar pelo menos como uma interface do trabalho técnico profissional. Vejamos um exemplo: as casas abrigo são lugares que oferecem proteção e moradia provisória dentro de um clima residencial e com atendimento técnico para pequenos grupos de mulheres e seus filhos, sem estarem apartados da vida da comunidade e utilizando recursos sociais básicos, como escolas, centros médicos, áreas de lazer e outros. (Guará, 1988). Estas moradias são projetos sociais em geral sob a responsabilidade do poder público ou com a sua supervisão. Tem na sua coordenação profissionais da área de Serviço social, psicologia ou outros profissionais da área das ciências humanas e sociais. O trabalho de atenção às mulheres, é feito de forma articulada entre profissionais de diversas áreas, destacando-se a interface do trabalho técnico profissional.

Para compreender a dinâmica do trabalho interdisciplinar na área da violência contra a mulher, escolhemos um estudo de caso, apresentando um estudo sobre o município de Campinas.

A cidade de Campinas, embora esteja classificada no ranking de desenvolvimento humano, com boa qualificação: IDH 0,852 (qualificação boa variando de 1 a 0,800) tem números significativos na área da violência contra a mulher.

Vejam os dados de Ogs e ONGs especializadas no atendimento à mulher vítima de violência, e alguns números:

- SOS Ação Mulher/Família – ONG de larga tradição no atendimento à mulher vítima de violência, há mais de 25 anos – no ano 2002 atendeu 904 mulheres;
 - Projeto SARA M, casa abrigo de mulheres – OG municipal, atendeu em cinco anos (período 1997-2001) um total de 302 pessoas sendo 98 mulheres com risco de vida por situação de violência doméstica e 204 filhos destas mulheres;
 - Delegacia de Defesa da Mulher – OG estadual, atendeu no ano de 2002 um total de 13000 casos.
- Além destas instituições, temos no município outras instituições de atenção à mulher, a saber: CAISM/UNICAMP – hospital universitário; Centro de Apoio e Referência da Mulher – CEAMO, projeto da Prefeitura Municipal; Coordenadoria da Mulher – Prefeitura Municipal de Campinas; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher / Campinas; Projeto Iluminar Campinas / Secretaria Municipal da Saúde.

A rede de atenção e apoio às vítimas de violência no município de Campinas, atende a Norma Técnica do Ministério da Saúde, intitulada: prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes (Ministério da Saúde,2000) que diz: “ O enfrentamento da violência exige a efetiva articulação de diferentes setores, tais como: saúde, segurança pública, justiça e trabalho, bem como o envolvimento da sociedade civil organizada, configurando redes integradas de atendimento”.

O presente estudo, foi um “mergulho no cotidiano” a partir de entrevistas e observação da atuação de Assistentes Sociais, em situação de trabalho. A vida cotidiana é fonte de conhecimento para balizar a ação profissional, muito embora também seja um espaço próprio para a prática social. Estudar a vida cotidiana, significa lidar com “ a complexidade e ambigüidade do seu conteúdo “ (Neto e Falcão, 1998:15). A vida cotidiana é um espaço de consumo, de eficiência (vida e trabalho) mas não é restrita aos fenômenos micro sociais. Deste contraponto vida/trabalho, identificamos dois movimentos a serem destacados: a intervenção/atenção às mulheres vítimas de violência e a intervenção em rede – a rede de apoio às mulheres.

Intervenções são ações profissionais com o intuito de modificar, alterar uma dada situação social (Besson e Guay, 2000). No Brasil, falamos de intervenção de maneira indistinta – tanto quando nos referimos a abordagem individual como quando nos referimos às práticas com dimensão coletiva ou ao trabalho em rede. Um exame das práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais na área de atenção à mulher vítima de violência e desenvolvimento de políticas de atenção, mostra sempre que a gravidade das situações e o alcance coletivo dos problemas, demonstram que as situações enfrentadas uma a uma, não levam a reais conquistas efetivas, daí a necessidade de trabalhar a perspectiva interdisciplinar.

Segundo Zuñiga, a intervenção contém: ”situação problema; demanda apresentada (por encaminhamento ou procura espontânea); conhecimento da situação; estabelecimento de plano de intervenção; relato do desenvolvimento; apresentação dos resultados; intervenção nos resultados e referência a modelo teórico” (Zuñiga.1994:136).

Nas instituições estudadas e referidas abaixo, o trabalho das Assistentes Sociais é focado naquilo que chamamos de situação micro social e acontece com a perspectiva de intervir (atenção = intervenção na cadeia de violência). Os profissionais organizam a sua intervenção em relação ao

contexto e entre as suas ações podemos apontar: escuta, reformula, sugere, faz interpretação, acompanha, encaminha, desvela o que não está explícito, (vide Faury,2003).

Numa exposição condensada das ações/propostas de trabalho, identificamos nas instituições examinadas:

- Projeto SARA M – casa abrigo: o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social é direcionado para a melhoria da auto imagem, do fortalecimento pessoal, da independização, da cooperação e do assumir responsabilidades. Esta proposta é executada através de entrevistas formais e não formais, trabalho de grupo, encaminhamento, atendimento social individualizado, exercícios de história de vida, oficinas de trabalho. A assistente social trabalha em parceria com a psicóloga.
-
- SOS Ação Mulher/Família: o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social é variado. Existe o atendimento individual, do casal, familiar e/ou grupos. É feito o acompanhamento e encaminhamento dos casos de violência familiar, grupos de apoio e programas preventivos são oferecidos (cursos de geração de renda e desenvolvimento de recursos pessoais, por ex.). A assistente social trabalha em parceria com outros profissionais: advogada, psicóloga, cientista social. Existe também a participação de voluntários no projeto de atenção à mulher, desenvolvido pela ONG.

Em ambas as instituições apresentadas, o trabalho de rede é realizado. A rede primária é o cruzamento do que chamamos vida primária e da vida pública. É um lugar privilegiado de intervenção do Serviço Social, espaço de intervenção a micro nível, local de suporte emotivo e concreto. A rede secundária é a rede institucional e assistencial. A intervenção na rede, nesta dimensão, supõe projetos de ação e trabalhos que reconheçam o caráter coletivo dos problemas e situações, a capacidade de autonomia e recursos do meio.

È nesta última dimensão apontada que a interação entre profissionais de várias áreas acontece, oportunizando e explicitando a interface das ações interdisciplinares. Aqui estamos entendendo interdisciplinaridade como procedimento estrutural, com reciprocidade, tendência à horizontalização das relações de poder, entre os campos implicados na identificação de plataforma de trabalho conjunto, com princípios comuns e conceitos fundamentais, gerando aprendizagem mútua (Vasconcelos, 2002:45).

O trabalho interdisciplinar, na situação de rede, é considerado essencial para o exercício adequado da ação profissional já que fornece uma dimensão maior de apoio ao usuário. Tem uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que atende necessidades e demandas dos usuários, serve de reforço do trabalho individual na medida em que oferece retorno, de reflexão e troca de vivências coletivas.

A título de conclusão, podemos apontar algumas observações decorrentes deste trabalho:

- Em Campinas, existem vários dados e informações acumuladas, sobre a realidade da violência contra a mulher. No entanto, falta um sistema de informações interligado que possa informar com atualidade o panorama da questão no município e que possa servir aos diferentes profissionais que trabalham com a questão;
- As demandas sociais no que se refere à violência contra a mulher, estão sendo atendidas e poderíamos afirmar que estão sendo atendidas com qualidade. No entanto, falta ao poder público maior capacidade organizacional e administrativa, para atender o volume da demanda. Seria importante também pensar a questão da descentralização do atendimento e de maior disponibilização de pessoal para trabalhos de natureza interventiva, em diferentes áreas de atuação, formados com perspectiva interdisciplinar.

- A prática profissional das assistentes sociais atuando em relação ao tema, revela ações de trabalho focadas na interface do trabalho técnico profissional, com abertura para trabalhos e ações interdisciplinares.
- A atenção em Serviço Social, identificada nos projetos de Ogs e ONGs estudadas, remete à necessidade de incluir nos programas de formação de Assistentes Sociais, conhecimentos específicos sobre a violência contra a mulher: conhecer a questão, causas e conseqüências, políticas de atenção existentes no contexto regional, detalhamento de protocolos e talvez a criação de protocolos específicos para o Serviço Social. A formação com perspectiva interdisciplinar não deve ser descuidada.
- A realização deste trabalho indicou que existem espaços de cooperação acadêmica institucional.

Ao finalizar, temos presente que quanto mais se estuda e conhece a questão da violência contra mulher, mais as suas conseqüências parecem graves. Entretanto é bom lembrar o que diz Maria Amélia AZEVEDO (1993): “ A violência existe no domínio da cultura, portanto é social e histórica e capaz de ser erradicada, caso haja vontade política para tal”.

Também poderíamos dizer que as ações executadas em interface com outros profissionais e as ações interdisciplinares, estariam a preparar os profissionais para ações mais complexas, numa dimensão transdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO,M.A. e GUERRA,V.N. (org.) *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo, Cortez Ed. 1993.

AZEVEDO,M.A. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo, Cortez Ed. 1985.

BESSION,C. e GUAY, J. *Profession Travailleur Social*. Gætan Morin Editeur, França, 2000.

FAURY, Mirian. *Relatório de Pesquisa: Atenção à mulher vítima da violência em Campinas – um estudo dos programas e ações de trabalho*. FSS/PUC-Campinas janeiro 2002.

GUARÁ, J.M.S. da Rosa. *Trabalhando Abrigos*. Cadernos de Ação nº 3, JEE-CBIA, São Paulo, 2º edição 1998.

LANGLEY,Roger e LEVY, Richard *Mulheres Espancadas – Fenômeno Invisível*. São Paulo, E. Hucitec, 2º edição 1980.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Norma Técnica:*Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes*. Brasília, 2º edição, agosto 2000.

MUSZKAT, Malvina E. *Curso de Mediação Módulos I a IV*. São Pulo, Edição Pró-Mulher, 1998.

MUSZKAT,Malvina E. *Amor, Casamento, Separação*. São Paulo, Editora Brasiliense 1992.

NETTO, José Paulo e FALCÃO, Maria do Carmo. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. São Paulo, Editora Cortez, 1º edição 1997.

OLIVEIRA, I.I.M.C. *Violência contra a criança e o adolescente na família*. In Curso de Mediação, Módulo I a IV, São Paulo, Edição Pró-Mulher 1998.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo, Editora Cortez. 2º edição 2002.

ZUÑIGA, R. *Planifier et evaluer l'action sociale*. Les Presses de L'Université de Montréal, Canadá 1994.

Jornal Folha de São Paulo 07/07/2000 e 25/11/2002.